

11ª turma de Juristas Populares é concluída; começam atividades da 12ª edição

Após mais um ano de aprendizado intenso, chegou ao fim a 11ª edição do Curso de Formação de Juristas Populares, executado em parceria com a Fundação Interamericana (IAF). A cerimônia de Formatura,

Rede de Juristas Populares. Após a fala dos (as) componentes, foram entregues os certificados pelas mãos dos (as) padrinhos /madrinhas de cada cursista, prática que busca integrar ainda mais família e comunidade.

Oficina de Cidadania e Direitos Humanos, a primeira das quatro realizadas em todo o Curso. Para esta turma, também está prevista a realização de outras quatro Cirandas de Direitos, com o



realizada no dia 20 de agosto, contou com a presença de 25 dos 26 novos (as) Juristas.

As atividades começaram com a composição da mesa por Ricardo Brindeiro, presidente da Fundação, José Marcos Salgueiro, técnico responsável pela Rede de Juristas Populares, Anna Izabella Chaves Alves, coordenadora do Curso, e Águida de Souza Cardoso, representando a

Com a conclusão desta turma, foram iniciadas as atividades para a abertura da seguinte. As inscrições foram realizadas entre 22 de agosto e 23 de setembro, selecionando 32 novos (as) participantes. Dois momentos já foram realizados: o Encontro Introdutório, com a finalidade de explicar o funcionamento do Curso, assinar termos de compromisso e conhecer o orçamento previsto para todas as atividades, e a

intuito de aproximar os Direitos Humanos de comunidades desfavorecidas em João Pessoa e cidades circunvizinhas.

Os locais de realização das Cirandas serão escolhidos de acordo com sugestões dos (as) próprios (as) cursistas e devem ser realizadas entre abril e agosto de 2012. Assim, as atividades poderão ser planejadas com mais eficácia, além da possibilidade de agregar outros parceiros.

Editorial

Pela primeira vez em nossas atividades e, sobretudo, no Curso de Formação de Juristas Populares, a Fundação se deparou com a necessidade de adequar sua sede para receber cadeirantes. Para fazer as alterações necessárias, que incluem uma rampa de acesso na entrada da casa e dois banheiros próximos ao auditório, foi preciso contar com o fundo próprio da entidade, alimentado por doações e arrecadações obtidas através dos nossos Bazares e Brechós. Foi feito o possível para remediar a situação com rapidez, para que o acesso à sala de aula e às dependências da Fundação fosse garantido. No entanto, não podemos agir somente quando a necessidade aparece, devemos nos lembrar que pessoas com limitações locomotivas não podem esperar que os ambientes se adequem a elas somente depois da necessidade de utilizá-los. Por isso, queremos sensibilizar as pessoas para a importância da campanha de adequação dos espaços públicos para cadeirantes e portadores de outras deficiências. Onde foi parar essa luta? Saiu da mídia com a saída da novela e nunca mais ouvimos nada. As pessoas não podem ser privadas do direito de se locomover livremente - sobretudo se as impede de acessar outros direitos.

EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da
Fundação de Defesa dos Direitos
Humanos Margarida Maria Alves.
Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro
CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.
Telefone/fax: 3221-3014
www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br
Jornalista responsável:
Andréia Martins (DRT 2998/PB)
Fotos: arquivo da entidade
Tiragem: 1000 exemplares
Apoio: Misereor
Impressão: F&A Gráfica e Editora

O circo da violência via satélite

Henrique França (@RiqueFranca), jornalista profissional formado, professor universitário e pai de Clara (7) e Edu (4). Mantém o blog #CotidianaMente (www.riquefranca.wordpress.com)

No picadeiro em tempo real, o apresentador-comunicador anuncia a próxima atração: um homem esquarterado encontrado na comunidade! Na platéia, o público-teleespectador se arruma na cadeira, enquanto almoça, à espera das "cenas chocantes" antecipadas em alerta pelo mediador da atração. A mídia brasileira – em especial a TV –, tem vivido dias de "circo dos horrores" como nunca visto antes. Na programação dos pseudo-noticiários, a tônica parece ser 'quanto mais sangue, mais audiência'. E, pior, a premissa parece funcionar.

O processo de midiática da violência, da baixaria midiática, do abraço apertado ao jornalismo sensacionalista tem se aprimorado de modo a ganhar adeptos dentro e fora dos meios de comunicação de massa e dificultado o trabalho de quem busca e deve combatê-lo. Qualquer pessoa ou instituição que se coloca em oposição ao "show" é taxado pelas celebridades fantasiadas de comunicadores como censores, tolhedores da liberdade de expressão.

Não há, definitivamente, liberdade na TV – especialmente quando a audiência, não à toa chamada 'massa', está imperceptivelmente mergulhada nesse mar de lama que seduz, aliena e manipula. Além da confusão entre liberdade de expressão e permissividade, o sistema focado exclusivamente na audiência cria um jogo de compartilhamento perverso com o público e joga todas as suas cartas para manter o maior número de pessoas ligadas em sua programação. Nem que para isso seja necessário expor uma cena de violência sexual, uma cabeça degolada, um tiro à queima-roupa.

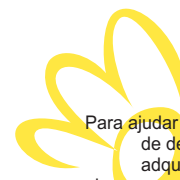
Dizer que a violência é mantida como prato principal na TV porque o público gosta disso é como justificar a obesidade dos filhos alegando que eles insistem em consumir doces e guloseimas e, por isso, os pais abastecem os pequenos com o que há de mais açucarado no mercado. Há pontos importantes a serem considerados, aqui.

“ Dizer que a violência é mantida como prato principal na TV porque o público gosta disso é como justificar a obesidade dos filhos alegando que eles insistem em consumir doces e guloseimas e, por isso, os pais abastecem os pequenos com o que há de mais açucarado no mercado”

Primeiramente, existem códigos que precisam ser respeitados. Um deles, o Código de Ética do Jornalismo, que vai de encontro a esse noticiário grotesco de hoje e, evidentemente, é descaradamente ignorado. Outro documento importante é o Estatuto da Criança e do Adolescente – esse, então, desrespeitado ao extremo pelos neo-comunicadores e seu jogo da audiência.

Outra ponderação essencial: canais de rádio e TV são concessões públicas que devem ser utilizadas em prol (nunca contra) do público. A cada período de 10 (rádios) e 15 (TVs) anos essas concessões precisam ser renovadas. Para continuar explorando esse canal, as emissoras devem privilegiar a educação, a cultura nacional e regional, entre outras exigências. Assim, por uma questão visivelmente legal – ética, então, nem se fala –, muitas concessionárias da mídia brasileiras já deveriam ter saído do mercado. Se isso não acontece, por questões de interesse que o brasileiro conhece bem, há que se propor um debate amplo sobre o escárnio moral a que a sociedade, como verdadeira dona desses canais de informação, tem sido submetida.

Aliado a isso, cabe-nos combater a baixaria, a violência, a exposição de crianças e adolescentes a sessões do circo dos horrores televisivo – seja nas instâncias político-administrativas, seja em conversas com amigos, seja especialmente a partir da nossa própria casa.



Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?

Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.

Cirandas de Direito levam Cidadania para quatro pontos da Grande João Pessoa

Com a proposta de proporcionar um dia inteiro de cidadania, a Fundação pensou a Ciranda de Direitos. Em 2011, foram realizadas quatro edições desta atividade que levou para algumas comunidades de João Pessoa a possibilidade de tirar dúvidas sobre questões jurídicas e acessar diversos serviços e atividades de lazer. As comunidades beneficiadas foram Muçumagro, o Centro de João Pessoa, Bayeux e a Rua do Rio. O principal objetivo das Cirandas era oferecer o Aconselhamento Jurídico, serviço prestado pelos (as) alunos (as) do Curso de Formação de Juristas Populares.

Eles (as) atuaram como conselheiros (as), tirando dúvidas da população a respeito dos principais direitos, como Pensão Alimentícia, Reconhecimento de Paternidade, questões



Os quatro momentos do Aconselhamento Jurídico (no sentido horário): em Muçumagro, no centro de João Pessoa, em Bayeux e na Rua do Rio

Trabalhistas como Aposentadoria e Seguro Desemprego e ainda outros assuntos. Os (as) Cursistas auxiliaram a população munidos do conhecimento adquirido no Curso e com a assessoria de advogados (as) voluntários, parceiros da Fundação. Foram realizados mais de 50 atendimentos.

Cada pessoa atendida recebia uma ficha onde eram colocadas todas as informações referentes ao seu problema, além do endereço e telefone do órgão público responsável pelo esclarecimento do assunto. Esta ficha foi elaborada pela equipe do Curso, bem como o Manual do (a) Jurista Popular, uma pequena cartilha com informações básicas sobre os possíveis casos que poderiam ser aconselhados por eles (as).

Para chamar mais a atenção da população, a Ciranda também foi pensada como um

espaço onde diversos outros serviços e oportunidades pudessem ser oferecidos. O pensamento foi o de ajudar mais ainda as comunidades atendidas pelo projeto, fazendo com que despertassem para a garantia de todos os seus Direitos, não só aqueles que estão ameaçados.

Para tanto, foram firmadas parcerias com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Humano (SEDH) para a confecção de Carteiras de Identidade, Carteiras de Trabalho, CPF e segunda via da Certidão de Nascimento.

Também foi disponibilizada a Oficina de Saúde Bucal, realizada em parceria com as Secretarias de Saúde de Bayeux e de João Pessoa e o Centro Tecnológico Paraibano (CETEC), que ensinaram às crianças como cuidar adequadamente da saúde da boca. Essas Oficinas, ao todo contaram com a participação de mais de duzentas crianças, com a distribuição da mesma quantidade de kits.

Além disso, foram realizadas Oficinas de Sabão Ecológico, distribuição de material sobre Planejamento Familiar e outros informativos. A realização dessas parcerias foram fundamentais para o funcionamento das Cirandas e fortaleceram o trabalho da Fundação.



Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício 2010 são concluídos

Empresa: FUNDAÇÃO DEF DIREITOS HUMANOS M M ALVES End: RUA IRINEU JOFILLY 185 CNPJ: 70.133.764/0001-30
BALANÇO PATRIMONIAL Exercício: 2010 Período: Janeiro a Dezembro

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO		
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Disponível			Fornecedores e Contas a Pagar		
Caixa	203,30		Contas e Títulos a Pagar	4.060,87	
Bancos Conta Movimento	116,05		Outros Valores a Restituir	0,50	4.061,37
Bancos Cta Movimento R Restritos	2,00		Obrigações Trabalhistas e Sociais		
Aplicação Financeira Liq Imediata	26.007,28		Pessoal e Encargos Sociais	604,69	604,69
Aplicação Fin Liq Imed R Restritos	73.329,87	99.658,50	Recursos Proj Cont e Convênios		
Créditos			Entidade Pública Nacional	40.896,51	
Adiantamentos	1.390,67		Entidade Internacional	166.100,29	206.996,80
Antecipação Rec Projetos	3.400,00		Recursos de Proj Aplicados		
Outros Valores a Receber	320,99	5.111,66	Recursos Aplic Ent Púb Nacional	(20.650,31)	
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE			Recursos Aplic Ent Internacional	(113.435,82)	(134.086,13)
		104.770,16	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		
ATIVO NÃO CIRCULANTE					77.576,73
Imobilizado			PATRIMÔNIO		
Bens em Uso	106.831,82		Patrimônio social		
(-) Depreciação acumulada	(10.472,65)		Fundos de Instituição e Social	15.745,95	
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE			Superavit ou Deficit Acumulado	100.937,76	
		96.359,17	Superavit ou Deficit do Exercício	6.868,89	123.552,60
TOTAL DO ATIVO			TOTAL DO PATRIMÔNIO		
		201.129,33			123.552,60
			TOTAL DO PASSIVO		
					201.129,33

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITA BRUTA OPERACIONAL			
Receitas Ordinárias e Associativas	2.022,00		
Venda de Bens e Serviços	22.415,50		
Projetos Contratos e Convenios	1.301,85		25.739,35
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL			
Receita Líquida de Contribuições Ordinárias Associativas	2.022,00		
Receita Líquida da Venda de Bens e Serviços	22.415,50		
Receita Líquida de Projetos Contratos e Convenios	1.301,85		25.739,35
SUPERÁVIT BRUTO OPERACIONAL			
Superávit Bruto Contribuições Ordinárias Associativas	2.022,00		
Superávit Bruto da Venda de Bens e Serviços	22.415,50		
Superavit Bruto de Projetos Contratos e Convenios	1.301,85		25.739,35
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas Administrativas	(17.143,66)		
Despesas Financeiras	(811,54)		
Receitas Financeiras	1.501,76		
Despesas com Pessoal	(2.417,22)		(18.870,66)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO			6.868,69

João Pessoa, 31 de dezembro de 2010.



Ricardo Brindeiro
Presidente

Paulo Rodrigues da Silva
Contador CRC-PB 004429/O-7

Fundação arrecada cerca de R\$ 8 mil no 2º Bazar da Primavera

Em posse de mais um lote de produtos apreendidos e doados pela Receita Federal, a Fundação realizou, no dia 2 de setembro, o 2º Bazar e Brechó da Primavera. Foram roupas íntimas, meias, ursinhos de pelúcia, brinquedos diversos, máquinas fotográficas, ferramentas, artigos de maquiagem e muitos outros itens. Desta vez, as vendas aconteceram somente no dia marcado para o Bazar, dando mais tempo para a organização dos itens e estabelecimento os preços.

Os valores dos produtos, apesar de novos, foram estipulados abaixo do encontrado no mercado, principalmente pela impossibilidade da realização de trocas ou de concessão de garantias. Além disso, só era permitida a compra de até dez itens idênticos por pessoa. A fórmula também foi adotada no Bazar organizado com a doação anterior, sem que qualquer problema tivesse sido reportado.

Funcionários (as) e amigos (as) da Fundação foram



Fundos arrecadados no Bazar compõem reserva da Fundação para contrapartidas em projetos e reparos na sede da entidade

convocados (as) para ajudar nas vendas, que começaram às 14h e terminaram perto das 21h. Além dos produtos novos, também foram expostas as peças do Brechó, compostas por roupas, sapatos e bijuterias usados, qualquer peça por apenas um real cada.

Também foi organizada a já tradicional lanchonete, com petiscos e bebidas de preço amigável, para complementar a arrecadação de fundos. Assim, somados, os valores reunidos pela Fundação chegaram a pouco mais de oito mil reais, quantia que já está compondo um fundo próprio que tem por finalidade financiar e garantir contrapartidas de projetos, ajudar na manutenção da sede e qualquer outro serviço imprevisto.

Um exemplo de imprevisto é bastante recente: na 12ª edição do Curso de Juristas Populares, estão inscritos dois cadeirantes e a sede da Fundação não estava totalmente adaptada para recebê-los. Portanto, o fundo próprio foi acionado para a construção de uma rampa e de banheiros especiais, garantindo a acessibilidade dos novos cursistas e garantindo que outros cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção também possam participar mais das atividades da Fundação.



Venda de produtos usados visa estimular o Consumo Consciente e a preservação do Meio Ambiente

Margarida Maria Alves é homenageada pela Associação Latino-Americana de Sociologia

Com a proposta de homenagear Margarida Maria Alves na vigésima oitava edição do Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, a Fundação foi convidada para compor uma mesa redonda. O Congresso foi realizado entre os dias 6 e 11 de setembro no Campus da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife.

Além da mesa, a Fundação teve a oportunidade de montar um stand com exibição e distribuição de materiais institucionais, ação que proporcionou maior divulgação para nossa entidade. Para participar do encontro e supervisionar o funcionamento do stand, a assessora de comunicação da Fundação, Andréia Martins, e o estagiário de Direito, Marcus Paulo de Medeiros Linhares, estiveram no local por dois dias.

A homenagem à Margarida Maria Alves aconteceu na noite do dia 9, precedida por uma mística apresentada por integrantes do Movimento Sem Terra (MST). A mística foi

Acontece

Novembro

11 - 3º Bazar e Brechó de Natal

19 - Oficina de Políticas Públicas e Controle Social

20 - Encontro de Atualização e Capacitação da Rede

Dezembro

03 - Oficina de Gênero;

04 - Reunião de Avaliação e Planejamento da Rede de Juristas

10 - Formatura do Curso de Juristas Populares em Guarabira;

17 - Oficina de Redação.

Janeiro

01 a 31 - Férias Coletivas da Equipe da Fundação

Acompanhe a Fundação nas Redes Sociais!



@FundacaoMMAlves

Fundação Margarida Maria Alves

Fundacao Margarida Maria Alves



Alexandre Guedes e as demais participantes da Mesa no XXVIII ALAS

composta de uma breve encenação da vida, da luta e da morte de Margarida, momento que emocionou aqueles (as) que assistiam à apresentação. Na ocasião, também foram distribuídos folders, panfletos e informativos da Fundação, chamando as pessoas para a Mesa Redonda.

A Mesa foi coordenada por Monica Rodrigues Costa e composta por Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro, Pamela

Caro, pesquisadora chilena, Maria Severina de França, representante das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco, e Alexandre Guedes, representante da Fundação.

Alexandre foi o responsável pela abertura da mesa, falando um pouco sobre a história de Margarida, o nascimento da Fundação e o acompanhamento que é feito, até hoje, de seu caso. Explicou também que, apesar da Fundação possuir o nome de Margarida, atua mais diretamente com a educação e com o acesso à justiça, não tendo muitos projetos voltados para a questão fundiária ou dos trabalhadores rurais, um equívoco bastante comum.

Em seguida, falaram Maria Severina, que relatou a experiência da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) na organização da Marcha das Margaridas. Já Rosineide Cordeiro e Pamela Caro falaram sobre pesquisas relacionadas à mobilização de mulheres na luta por seus direitos, sobretudo em áreas mais necessitadas, e no avanço da garantia desses direitos.



Integrantes do MST-PE após a mística em homenagem à Margarida Maria Alves